

## **Por que bichas pretas incomodam?** Um estudo teórico-crítico sobre Masculinidades e Subjetividade Social na perspectiva Cultural-Histórica

**Victor Hugo Brandão Meireles<sup>1</sup>**

**Norma da Luz Ferrarini<sup>2</sup>**

**Resumo:** Este estudo teórico-crítico fundamenta-se na Psicologia Cultural-Histórica e no materialismo histórico e dialético com objetivo de promover reflexões sobre os conceitos de masculinidades dissidentes racializadas e de sujeito na perspectiva dialética da subjetividade individual e subjetividade social atravessadas pelos fenômenos sociais da cisheteronormatividade e do racismo. Através das relações sociais de sexo-gênero-raça pudemos pensar as masculinidades dissidentes racializadas de bichas pretas sob olhar dialético das categorias de sujeito e subjetividade social da Teoria da Subjetividade proposta por Fernando González Rey. Ambas as categorias se mostram adequadas para estudos sobre masculinidades. O sujeito é aquele que abre vias próprias de subjetivação nos espaços normativos com produções subjetivas a partir de suas vivências; a subjetividade social integra a dimensão qualitativa das configurações subjetivas sociais e individuais dos sujeitos e dos espaços sociais nos quais se transita. A bicha preta no processo de tornar-se sujeito e nos modos de ser e existir desestabiliza os espaços sociais e confronta a lógica binária cisheteronormativa e o racismo. As bichas denotam identidades, configurações subjetivas e modos de existir em constante tensionamento subjetivo e objetivo para sobreviver, resistir, existir e amar. A realidade tensionada dialeticamente produz terremotos de emoções e sentimentos que reivindicam as masculinidades dissidentes racializadas nos seus espaços afetivos e sociais.

**Palavras-chave:** Masculinidades. Cisheteronormatividade e Racismo. Sujeito. Subjetividade Social. Psicologia Cultural-Histórica.

---

<sup>1</sup> Professor de Psicologia da UNIFATEC. Doutorando e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná. Centro Universitário de Tecnologia de Curitiba. meireles0001@gmail.com

<sup>2</sup> Professora Titular do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Paraná. Pós-doutorado em Psicologia. Doutorado em Educação. Mestrado em Psicologia. normadaluzf@gmail.com

Ao olharmos hoje as ciências sociais e humanas constata-se significativo aumento de números de trabalhos escritos por pretos(as/es) com problematizações, anseios e avanços sobre a masculinidade. Todavia, na Psicologia, em seus diferentes campos de atuação e em suas diversas abordagens teóricas e epistemológicas, observam-se dificuldades com essas produções, ou, o que nos parece mais provável, tem se evitado discussões sobre relações sociais raciais e de gênero em diferentes níveis da prática profissional. Por que evitar?

Na Psicologia, mais especificamente no campo clínico, tem se tornado bastante comum pessoas pretas procurarem psicólogos(as/es) que também sejam pretos(as/es). Nesta perspectiva, diversos psicólogos(as/es), têm buscado especializações em saúde emocional socialmente contextualizada e comprometida racialmente em conjunto com uma perspectiva de classe e gênero. Então temos três problemáticas evidentes: 1) No caso da sexualidade observa-se uma ausência ou uma escassez dessa temática em disciplinas de cursos de formação em Psicologia, muitas vezes abordadas em disciplinas mais genéricas, como a psicanálise ou em disciplinas do âmbito das ciências biológicas que compõem a formação do psicólogo(a/e). Desta forma, são conteúdos e práticas que muitos(as) procuram aprimorar desde a graduação com professores(as/es) que trabalhem com as temáticas, porém ainda escassas. Como aponta a dissertação de mestrado de Fernanda Bonato (2019), há um silenciamento sobre temas relacionados à sexualidade em cursos de graduação em Psicologia de Instituições de Ensino Superior (IES) em Curitiba, resultando em lacunas na formação desses profissionais. Perguntamos, por que dessa escassez e desse silenciamento? Geralmente estudantes interessados na temática a buscam em disciplinas de cursos de outras áreas de estudo, ou em outras instituições, em congressos, em linhas de pesquisas específicas de programas de pós-graduações. O que nos leva à segunda problematização. 2) Alguns(as) psicólogos(as/es) no campo de atuação não buscam as opções para realizarem especializações e aprofundarem estudos sobre a temática. Isso recai na naturalização dos discursos e práticas profissionais

racistas e cisheteronormativas nesses campos da Psicologia. Surgem novas questões. Por falta de preparo? De estudos? De formação? No nosso entendimento, por evitar. O que nos leva à terceira problemática, apresentada de uma forma mais contundente. 3) Como a Psicologia se compromete e se comprometerá a dar conta das necessidades e questões de bichas pretas dissidentes em suas masculinidades racializadas e transgressoras dos paradigmas históricos culturais, no que condiz aos seus processos simbólicos-emocionais de suas vivências e existências de suas subjetividades individuais e de subjetividades sociais?

No campo das masculinidades a escassez de trabalhos sobre a temática na Psicologia se tornou evidente quando diversas pautas políticas, sociais e culturais emergiram em meio a transformações na sociedade brasileira, como os espaços de militância crescente, durante e pós ditadura, de movimentos sociais feministas.

No Brasil, segundo a psicóloga Karla Galvão Adrião (2005), os primeiros estudos sobre masculinidades iniciam na década de 90 em dissertações e teses localizadas nas regiões sudeste e sul. As principais áreas eram Antropologia (UFSC) e Psicologia Social (PUC-SP) com foco nos “[...] olhares sobre o homem moderno, jovem e de meia-idade, e suas relações com afetos, com o trabalho, com as mulheres, com seus corpos, com a reprodução e com a sexualidade.” (ADRIÃO, 2005, p. 10).

No que tange especificamente à Psicologia, a dissertação de Daniel de Castro Barral (2019) buscou realizar uma revisão sistemática do estado da arte na psicologia brasileira sobre masculinidade. Foram utilizados no total 31 artigos dos quais 61 eram autoras mulheres e 23 autores homens. No que condiz às análises das referências bibliográficas, Barral (2019) chama atenção para o artigo “Gênero: uma categoria útil para o estudo da história” de Joan Scott utilizado em treze desses artigos. A diferença entre outros artigos sobre a temática se dá pela definição do conceito de forma recortada “[...] ignorando-se os pressupostos dos quais a autora parte, o que se revela como efeito da despolitização dos estudos de gênero na psicologia Brasileira.” (BARRAL, 2019, p.

28). A conclusão de Barral (2019) demonstra que os estudos sobre masculinidades na Psicologia têm sido subutilizados e visto que foram encontrados poucos artigos a respeito. No geral, o autor chama atenção para as referências utilizadas em artigos no Brasil, as quais partem, na grande maioria, de autoras feministas e que são tratados de forma generalista, sem aprofundar nas especificidades masculinas, o que é contraditório, visto que poderiam utilizar também outros estudos sobre a temática que já estão bem estabelecidos no campo.

Nesse sentido, são essenciais os artigos, estudos e provocações no campo da Psicologia que minimamente buscam estudar as constituições subjetivas presentes em indivíduos gays pretos que reivindicam em seus corpos e em suas vivências as masculinidades não hegemônicas. Temos alguns estudos na Psicologia mais recentes que problematizam algumas dessas questões, como Marcos Amaral (2019) em sua dissertação de mestrado sobre a dimensão subjetiva das masculinidades em homens gays pretos, Lucas Veiga (2018) em seus trabalhos sobre a bicha preta e uma Psicologia preta, dentre outros.

Desta forma, o que nos provoca neste artigo é a maior escassez nos estudos sobre masculinidades na Psicologia brasileira no que toca indivíduos dissidentes que constantemente provocam a sociedade com suas subjetividades nas relações sociais atravessadas pelos sistemas binários de gênero. Em uma perspectiva Cultural-Histórica<sup>3</sup> fundamentada no materialismo histórico-dialético, nosso objetivo é uma tentativa de promover reflexões teórico-críticas no campo da Psicologia sobre conceitos de masculinidades dissidentes racializadas e de sujeito na dialética com a subjetividade social atravessada pelos fenômenos sociais da cisheteronormatividade e do racismo, sob o aporte da Teoria da Subjetividade.

---

<sup>3</sup> A nomenclatura “Psicologia Cultural-Histórica” é aproximação da tradução direta do termo original proposto por González Rey: “Cultural Historical Psychology”. Entretanto, a teoria também pode ser usada com outras nomenclaturas, tais como: “Histórico Cultural”, “Sócio-histórica”, “Cultural” e “Sociocultural” (GOMES et al., 2016).



### **Relações sociais de sexo-gênero: nasce uma dissidência?**

Os estudos feministas materialistas têm contribuído para os campos da Psicologia com análise das categorias de gênero, sexo e sexualidade que constituem o indivíduo na sociedade, conseqüentemente, a subjetividade individual e a subjetividade social. Na nossa compreensão, esses termos analíticos e históricos permitem estudar outras formas de sexualidade em uma perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural.

Com isso, precisamos explicitar como entendemos relação social, em especial as relações sociais do sistema sexo-gênero. Em concordando com a socióloga Danièle Kergoat (2002), se assimila como uma “tensão” que está presente na sociedade. Essa tensão se cristaliza como forma de confronto entre seres humanos postos em desafios de novos modos de agir e pensar produzidos na sociedade. Tudo aquilo que surge nessa tensão se constitui nos grupos sociais pela dinâmica das relações sociais. Segundo Kergoat (2002, p. 51):

[...] as relações sociais são múltiplas e nenhuma delas determina a totalidade do campo que estrutura. Juntas tecem a trama da sociedade e impulsionam sua dinâmica: elas são consubstanciais. Logo, a noção de relação social remete ao mesmo tempo a um princípio de geração (as relações sociais produzem e reproduzem, pela mediação dos desafios, as práticas sociais que, por sua vez, agem sobre as tensões que são as relações sociais) e a um princípio heurístico (as relações sociais servem para compreender as práticas observadas).

A relação social é uma relação de antagonismo, se envolve em disputa entre grupos sociais, como por exemplo: mulher e homem; homem e homem; mulher e mulher; homossexualidade e heterossexualidade, dentre outras formas de grupos e categorias sociais em que se relacionam na própria existência humana. Vale salientar que esses grupos sociais não são apenas opostos, em que o significado de um contrapõe o significado do outro. Não são grupos sociais dicotômicos.

Para a antropóloga e socióloga Nicole-Claude Mathieu (2005) a organização sobre sexo se dá através de ideias e saberes que emergem como representações, mitos, utopias a respeito de um sexo concedido somente para práticas relacionadas entre os sexos. Isto é, uma categoria contraditória que revela nas relações sociais aspectos da consciência de classe por meio de sentidos construídos nas próprias relações. Através dos aspectos psicológicos essa construção revela a materialidade dos papéis e funções sociais, conforme afirma Mathieu (2005), em que o gênero constrói o sexo baseado em uma identidade de sexo e uma consciência de classe. De acordo com Amaral (2019), a unidade dialética gênero-sexo estabelece uma relação sociológica e política presente nas relações sociais dos sexos, isto é, demonstra que existem relações de dominação entre homens-mulheres, mulheres-mulheres, homens-homens.

Nessa perspectiva, quebram-se discursos que colocam o sexo como categoria biológica para explicar as relações humanas. Este fato de desnaturalizar o termo sexo como um dado primeiro biológico e não cultural se dá pela racionalização do termo de classes de sexo, como já explicitado por Mathieu (2005). A classe das mulheres pode ser definida na relação com a classe dos homens e vice-versa (RIAL; LAGO; GROSSI, 2005). Isso significa que ambas as classes de mulheres e de homens configuram um sistema presente em todos os segmentos da sociedade e das relações sociais como forma de estrutura e organização dos sexos (RIAL; LAGO; GROSSI, 2005). Esse sistema, na compreensão da Teoria da Subjetividade, são configurações subjetivas que expressam a materialidade histórico-cultural presente nas subjetividades individuais e sociais. Isso requer afirmar que as relações sociais de sexo também são relações psicológicas dos sexos. Nesta compreensão, as relações psicológicas dos sexos são constituídas por sentidos subjetivos, os quais são unidades simbólico-emocionais geradas singularmente pelas pessoas nas trajetórias de suas vivências histórica e culturalmente situadas e de forma dialética com as subjetividades sociais que configuram esses diferentes tempos e espaços sociais por quais transitam.

As autoras Carmen Rial, Mara Coelho de Souza Lago e Miriam Pilar Grossi (2005) afirmam que as relações entre os sexos se constituem socialmente e formam um sistema que está presente em todos os setores da sociedade, se estruturando e se organizando do mesmo modo que as relações de classe e de raça.

As relações sociais de sexo, para Rial, Lago e Grossi (2005, p. 680-681), se formam em quatro características:

1. são antagônicas, relações de força que opõem os dois grupos em questão, um procurando manter sua dominação e o outro tentando libertar-se;
2. são transversais, não se limitando a uma esfera da sociedade e não se baseando, como se pretende com frequência, principalmente na família;
3. são dinâmicas e historicamente construídas e o resultado de uma correlação de forças em movimento contínuo. [...]
4. elas bicategorizam, definindo de forma hierárquica as categorias sociais de sexo, ou seja, atribuem posições para os homens e as mulheres na sociedade.

Uma contribuição muito importante das autoras é o item três ao mostrar que as relações não se baseiam somente na família e a dominação masculina se encontrar como uma construção sócio-histórica, na qual homens e mulheres nascem nesses espaços já definidos pelas relações sociais de sexo, mas que também fazem parte do processo de produção e reprodução dessas relações (RIAL; LAGO; GROSSI, 2005).

As relações sociais de sexo em grupos de homens e mulheres produzem tensões, conflitos e oposições antagônicas, ocorrendo diversas formas de interações sociais complexas do ser humano, tanto presente em relacionamentos, quanto no trabalho. Essas relações têm tanto uma base material como a produção das ideias, como explicita Foucault (2017) que qualquer poder precisa de um saber.

Dito isso, entramos no campo da dominação masculina<sup>4</sup> que, para as autoras citadas até aqui, ocorre através da divisão sexual do trabalho. Tal divisão é uma forma decorrente das relações sociais de sexo e historicamente foi se adaptando para cada sociedade (KERGOAT, 2009). Sua característica é a prioridade dos homens nas esferas de produção de maior valor social e das mulheres nas esferas de reprodução sexual. Podemos ver a incitação política moralista na história da sexualidade de Foucault (2017) feita por uma divisão sexual do trabalho.

Para Kergoat (2009), as relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho são dois termos indissociáveis e epistemologicamente um sistema, isto é, a divisão sexual do trabalho tem um status de disputa sobre as relações sociais de sexo. Para que fique mais claro, Kergoat (2009, p. 71) coloca as características desse status entre os dois termos:

[...] a relação entre os grupos assim definidos é antagônica; as diferenças constatadas entre as práticas dos homens e das mulheres são construções sociais e não provenientes de uma causalidade biológica; esta construção social tem uma base material e não é unicamente ideológica – em outros termos, a “mudança de mentalidades” jamais acontecerá espontaneamente se estiver desconectada da divisão de trabalho concreta – podemos fazer uma abordagem histórica e periodiza-la; estas relações sociais se baseiam antes de tudo em uma relação hierárquica entre os sexos, trata-se de uma relação de poder, de dominação.

Em síntese, falar da categoria de sexo, é falar de relações sociais e psicológicas, cuja historicidade é uma relação de hierarquização, de poder e de dominação entre os sexos. O sexo não se reduz apenas ao biológico, tampouco aos órgãos genitais, mas explicita-se histórica, cultural e psicologicamente nas relações humanas, com marcas de hierarquização, poder e dominação. Falar em termos das

---

<sup>4</sup> Compreendemos que Pierre Bourdieu é um dos autores mais citados que trabalha com tal conceito, no qual entendemos que tal dominação é uma violência simbólica estruturante e organizada socialmente nas relações sociais presentes pela divisão social e sexual do trabalho (BOURDIEU, 2012). Todavia, nossa perspectiva está centralizada em autoras feministas materialistas que enxergam a dominação como um dos modos de sujeição em que os indivíduos estão submetidos pelo sistema dominação-exploração (SAFFITOTI, 2001). Portanto, sugerimos para maiores aprofundamentos do conceito ver Bourdieu (2012).

relações sociais de sexo permite demonstrar a dominação masculina em um duplo processo: “[...] “biologização do social” e a “socialização do biológico”, ou seja, que o social interpretava o sexo biológico, conferindo-lhe um determinado sentido.” (RIAL; LAGO; GROSSI, 2005, p. 681).

Os homens detêm o poder de determinar simbolicamente condutas específicas em outras pessoas, como por exemplo, punir aqueles(as) que apresentam desvio para sociedade, o que depõe contra pessoas homossexuais (WELZER-LANG, 2001; AMARAL, 2019). Nesse sentido, através das normas sociais, isto é, das relações de poderes, os próprios homens permitem que suas masculinidades sejam executadas por vias de violências às outras pessoas exploradas. Isso é o que a socióloga Heleieth Saffioti (2011) chama de desvio, como qualquer outro tipo de masculinidade – e o próprio gênero feminino – que não seja o dominador. O desvio é tido como tudo aquilo que é diferente.

O gênero é uma forma de decodificar o sentido e compreender as relações complexas humanas. Para Heleieth Saffioti (2011) gênero não é somente uma categoria de análise, mas uma categoria histórica, que domina e regula as relações entre homens-mulheres, homem-homem, mulher-mulher.

Para Amaral (2019), o gênero não representa apenas a relação entre os dois sexos, mas evidencia a marca em que em sua materialidade se fundamenta a divisão sexual do trabalho, os meios de produção e a organização social sobre a procriação. O referido autor defende ser o gênero uma construção social que se fortalece conforme o capitalismo se expande na sociedade e que codifica simbolicamente as relações sociais.

Concordamos com Saffioti (2011) que o gênero designa a construção social do masculino e do feminino com base em imagens, atributos de personalidades, comportamentos e representações sociais do que sejam designados especificamente a esses dois gêneros, mas além disso, designa a sociedade em uma visão binária de que tudo que é de apropriação do ser humano, tem um gênero.



As construções sociais envoltas do gênero se delimitam ao decorrer das transformações sociais, políticas e culturais da nossa sociedade, tendo em vista que hoje não se limita apenas ao feminino e ao masculino. Nesse sentido, hoje temos uma maior amplitude do que seja gênero, ainda colocado a uma perspectiva de construção social e simbólica, mas que atenda a todas as urgências históricas da sociedade.

As feministas materialistas citadas até aqui, compreendem que só o uso do termo gênero é como equivalente ao sexo social – o masculino e o feminino. Isso gerar a dicotomia entre sexo e gênero, dando a entender que o sexo biológico era um dado “primeiro” e não cultural também, como se existisse antes do social, como forma imutável e inatingível.

Compreendemos em conjunto com o psicólogo Marcos Amaral (2019) e a assistente social Mirla Cisne (2012) que a relação social de sexo-gênero não se anula, mas marcam historicamente as transformações na sociedade com base nas relações de dominações, isto é, permitem que sejam feitas análises do masculino com um olhar mais crítico sobre a dominação masculina. Falar de relações sociais entre homem-mulher, homem-homem, mulher-mulher ou de grupos sociais de pessoas que não se reivindicam enquanto homem e mulher, é explicitar a marca sexo-gênero em uma totalidade de vivências e experiências em uma sociedade capitalista. Nasce uma dissidência.

Fica evidente que as produções tensionais entre grupos sociais e suas consequências nas transformações na sociedade proporcionam diversas formas subjetivas e objetivas em que indivíduos buscam a materialidade de suas existências na realidade concreta, isto é, aquilo que se encontra como desviante e não dominador é o diferente.

Portanto, definimos dissidência como o diferente, aquilo que tensiona e desestabilizada todas as ideologias normativas que prendem indivíduos em sistemas de controle, dominação e subordinação. O diferente que entra em conflito com o divergente expressa as masculinidades dissidentes racializadas de pessoas gays pretas. Bicha,

viado, dentre outros grupos sociais que se configuram na contramão da hegemonia masculina branca, incomodam.

### **Cadê a bicha preta? (Re)pensando o termo masculinidade**

Um dos pontos-chaves dos trabalhos do sociólogo Daniel Welzer-Lang (2001; 2002) é demonstrar que a dominação masculina, a hierarquização e a discriminação também ocorrem entre os próprios homens no processo da produção das masculinidades. Para o autor, a homofobia engessa as fronteiras do gênero ao discriminar pessoas às quais lhes atribui algumas características denominativas do outro gênero.

Como vimos, as relações sociais de sexo-gênero não são o oposto entre dois grupos sociais, tampouco, um se define a partir do outro, mas demonstram na historicidade das construções culturais e sociais as diversas formas de dominação e exploração em que um grupo social o faz contra outros. Isso se dá por conta de diversos fenômenos sociais que, além de serem anteriores ao sistema capitalismo, como racismo e o patriarcado, também se fortaleceram com tal sistema.

Para Welzer-Lang (2001, p. 460; 2002, p. 1) as relações sociais de sexo explicitam as relações entre homens-mulheres, homens-homens, como produto de um duplo paradigma naturalista:

A pseudo natureza superior dos homens, que remete à dominação masculina, ao sexismo e às fronteiras rígidas e infranqueáveis entre os gêneros masculinos e femininos. A visão hetero-assexuada do mundo em que a sexualidade considerada “normal” e “natural” está limitada às relações sexuais entre homens e mulheres. As demais sexualidades, bissexualidades, sexualidades transexuais (...) se definem, inclusive admitem, na maioria dos casos, como “diferentes”. (Tradução nossa).

Indo de encontro com o segundo paradigma naturalista acima citado, a sexualidade considerada normal e natural, é historicamente explicitada nas relações sociais em que diversos grupos sociais não heterossexuais cisgêneros vão surgindo na sociedade com a expansão do capitalismo (D'EMILIO, 1998). Welzer-Lang (2001; 2002) propõe sua análise a partir do conceito “casa-dos-homens” para explicitar as relações sociais de sexo de homens entre homens.

A casa-dos-homens são espaços de homosociabilidade que ocorrem em lugares monossexuados e se apresentam com regras da virilidade. Conforme os meninos vão crescendo vão se distanciando cada vez mais das mulheres e das meninas de sua idade, indo de encontro com espaços em que se inicia a vida sexual de certa forma com:

Competições de pintos, maratonas de punhetas (masturbação), brincar de quem mija (urina) o mais longe, excitações sexuais coletivas a partir de pornografia olhada em grupo, ou mesmo atualmente em frente às strip-poker eletrônicas, em que o jogo consiste em tirar a roupa das mulheres... (WELZER-LANG, 2001, p. 462).

Este lugar foi construído pelas gerações anteriores aprendendo e reproduzindo os mesmos modelos sexuais historicamente vividos pelos mais velhos. Esses meninos precisam se diferenciar uns dos outros e das meninas e mulheres, seguindo regras rígidas, concretas e simbólicas, como por exemplo o esporte (WELZER-LANG, 2001). Outras formas de demonstrar as relações sociais de sexo hierárquicas, são ensinadas que essas diferenciações também precisam, dialeticamente, continuarem postas através de:

[...] códigos e ritos, que no esporte são as regras, obriga a integrar corporalmente (incorporar) os não-ditos. Um desses não-ditos, que alguns anos mais tarde relatam os rapazes já tornados homens, é que essa aprendizagem se faz no sofrimento. Sofrimentos psíquicos de não conseguir jogar tão bem quanto os outros. Sofrimentos dos corpos que devem endurecer para poder jogar corretamente [...] (WELZER-LANG, 2001, p. 463).

Ou seja, o sofrimento que se vive calado. O sofrimento se instala subjetivamente e coloca o homem na luta constante com seu próprio corpo, regras e emoções que encaram a não possibilidade de expressá-las, como por exemplo em forma de choro (WELZER-LANG, 2001; AMARAL, 2019).

É uma masculinidade que estrutura as relações entre homens na imagem hierarquizada das relações homens-mulheres. Aqueles que não provam socialmente e culturalmente que são “homens de verdade” são “[...] ameaçados de serem desclassificados e considerados como os dominados, como as mulheres. Dir-se-á deles que ‘eles são como elas’.” (WELZER-LANG, 2001, p. 465).

Para o sociólogo Michael S. Kimmel (1998), as masculinidades irão variar de cultura para cultura, de período para período (tempo histórico), pelas variáveis de determinado local, em decorrência de identidades e de qualquer vida individual. São construídas em dois campos inter-relacionados pelas relações de poder, nas quais as relações de homens com mulheres geram as desigualdades de gênero e nas relações de homens com outros homens se baseiam em desigualdade de raça, etnicidade, sexualidade, faixa etária etc. (KIMMEL, 1998).

As masculinidades invisíveis na lógica de poder são aquelas menos privilegiadas pela ordem de gênero dominante e como uma questão política, tratada pelo autor como: “os processos que conferem o privilégio a um grupo e não a outro grupo são frequentemente invisíveis aqueles que são, deste modo, privilegiados (KIMMEL, 1998, p. 106).

As masculinidades que o autor chama de invisíveis podem estar atreladas ao fenômeno da cisheteronormatividade, justamente por invisibilizar aqueles que fogem das regras sociais do que seja homem, nesse caso, homens gays cisgêneros considerados afeminados, pois já afrontam as normas de gênero e com isso, no âmbito das masculinidades, são invisibilizados por conta da sua forma de ser.

Fica explícito até momento que ambos os autores até mencionam, mas não nos dão apontamentos, para construção de uma noção das constituições subjetivas e objetivas para as masculinidades dissidentes racializadas. É notório que a construção da masculinidade hegemônica e da dominação masculina passa pelas relações sociais de sexo-gênero que produz o alicerce entre o que é e o que não é legítimo. A categoria raça, sem mencionar a de classe, é excluída das camadas mais profundas sobre masculinidade. Portanto, será que as masculinidades dissidentes também colocam em xeque as construções histórico-culturais atravessados pelas categorias de raça e classe?

Para Veiga (2018, p.80), a experiência subjetiva expressa pela sensação de diáspora ocorre quando homens negros entram em contato com a descoberta da sexualidade homoerótica, pois “[...] no processo de desenvolvimento dos garotos negros está colocada, desde sempre, a possibilidade de afirmação e proteção de si pela via da submissão ao modo de vida do sequestrador, no caso, do homem-branco-heterossexual.”

É uma noção de masculinidade produzida para o homem branco heterossexual e isso sem dúvidas, em concordância com Veiga (2018), ocorre pela masculinidade ocidental, que seria o próximo da masculinidade hegemônica. É um sentido de masculino que sustenta e é sustentado pelo sistema patriarcal branco. Nesse sentido, não existem possibilidades de o preto deixar de ser preto, somente renegociações para sua apropriação dos modos de produção social, tanto do trabalho, quanto da afetividade na sociedade. Além disso, só é possível dentro da relação racial de dominação e exploração. Isso fica mais explícito nessa passagem de Veiga (2018, p. 81):

A internalização da masculinidade branca pelos homens negros como tentativa de ser reconhecido como pessoa, como homem, como digno de valor, comparece, por vezes, em comportamentos violentos para com aqueles do seu povo que questionam e se deslocam desse padrão heteronormativo.

O autor traz o conceito de heteronormatividade como padrão. Aqui colocamos também a cisnormatividade. Ambos os fenômenos interagem, se entrelaçam, mas não



são totalmente iguais. Isso demonstra um fator importante na constituição das masculinidades dissidentes racializadas que, por sua vez, são atravessadas pela forma violenta de masculinidade hegemônica cisheteronormativa.

Há garotos homossexuais que se submetem a esse regime de dominação – aqui começamos a pensar a masculinidade enquanto um regime produzido nas relações sociais de sexo-gênero – por negarem suas sexualidades e seus gêneros como proteção no cotidiano. O impasse prevalece:

[...] negar a própria sexualidade e aderir à masculinidade heteronormativa, para se proteger e preservar o amor de seus pares ou para afirmar a própria sexualidade e ficar desprotegido, correndo o risco de não ser aceito em seu próprio espaço familiar de pertencimento. Qualquer uma dessas escolhas implica em sofrimento, já que em ambas é o “afeto-diáspora” que comparece desdobrando-se em ansiedade, resignação ou depressão. (VEIGA, 2018, p. 81).

Para o cientista social Osmundo Pinho (2004) os indivíduos se produzem nas interseções das diferenças e desigualdades diversas e há conflitos nas interseções. Nesse sentido, acaba definindo a bicha preta como “[...] outra posição diferente que é produzida através dessa interação ou dessa confluência [de diferenças que produzem] novas alternativas políticas.” (PINHO, 2004, p.129). E se aproxima da psiquiatra e psicanalista Neuza Santos Souza (1983) ao explicitar sobre a diferença, na qual o(a/e) preto(a/e) se torna diferente, inferior e subalterno(a/e) ao(à) branco(a) por este/a se abrigar como proprietário do lugar de referência “a partir do qual o negro será definido e se autodefinirá.” (SOUZA, 1983, p. 26). Neste contexto, o branco é o referencial e a espontaneidade é um direito negado, “não lhe cabe simplesmente ser, há de que estar alerta.” (SOUZA, 1983, p. 27).

Cabe adiantar que na visão da Teoria da Subjetividade (GONZÁLEZ REY; MITJÁN Z MARTÍNEZ, 2017; MITJÁN Z MARTÍNEZ, 2020) as relações sociais e os tensionamentos entre grupos sociais produzem sentidos subjetivos que se materializam

na vida de indivíduos e de grupos. Cabe destacar que a Teoria da Subjetividade não adota o conceito de internalização – no caso, conforme citação acima de Veiga (2018, p. 81), “internalização da masculinidade branca”. Trata-se sim de produções de sentidos subjetivos simbólico-emocionais que integram configurações subjetivas referentes a diferentes dimensões relacionadas a sexo, sexualidade, identidade de gênero, expressão de gênero, orientação sexual, relações sociais-afetivas-sexuais, sempre sustentadas nas experiências vivenciadas de forma singular pela pessoa, em diferentes momentos e espaços. Ou seja, não se trata de “internalizar”, ou de “se apropriar” de uma amplitude de referentes sociais cisheteronormativos em si. Trata-se de gerar simbólico-emocionalmente a subjetividade individual em compreensões-sentimentos-vivências-posicionamentos diante de ditames cisheteronormativos expressos em subjetividades sociais e com possibilidades de gerar novas configurações subjetivas pessoais e sociais.

Desta forma, entendemos que a bicha preta nasce de conflitos e tensionamentos objetivos e subjetivos que se expressam nas relações sociais, permitindo novos sentidos e significações de ser e estar no mundo. A bicha preta se materializa na realidade social brasileira nos embates entre as masculinidades ocidentais hegemônicas e as dissidentes racializadas. Dois campos de disputas que, dialeticamente, proporcionam novos modos de existir.

Esses tensionamentos se cristalizam nos confrontos entre pessoas em seus modos de agir, pensar, sentir e vivenciar. Tudo que surgirá desses tensionamentos serão constituídos nos grupos sociais. A bicha preta, as masculinidades dissidentes racializadas, e todos os grupos sociais de pessoas que rompem com a cisheteronormatividade branca, são histórico-culturais. Para além dessa afirmação, a categoria subjetividade social da Teoria da Subjetividade contribui para a compreensão não dicotômica, não determinista e não externa, da relação sujeito e sociedade. Isso porque ao considerá-la dialética, histórica, cultural e social na gênese da constituição

das singularidades e subjetividades individuais e sociais de pessoas e de grupos, prioriza-os enquanto agentes e sujeitos ativos, criativos e geradores de sentidos e configurações subjetivas em tensionamento com as postulações normativas que apresentam novas vias de subjetivação e novas possibilidades de vivências e compreensões.

### **A dialética sujeito e subjetividade social: uma visão epistemológica**

A ciência da Psicologia historicamente naturalizou o “social” através dos interesses de grupos dominantes e contribuiu na construção de estigmatizações e discriminações (BOCK, 2015). Desse modo, atrevemo-nos dizer que atualmente a Psicologia brasileira ainda exerce um papel classificatório e estigmatizante, ao classificar os indivíduos como “aptos ou não aptos, saudáveis ou doentes, adequados ou inadequados, competentes ou incompetentes, com potencial ou não [...]” (BOCK, 2015, p. 36-37).

A subjetividade é a dimensão qualitativa da objetividade, a qual conceituamos conforme o autor Fernando Luís González Rey (2003; 2005; GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017), como um sistema complexo, contraditório e aberto que expressa a experiência do indivíduo nos diferentes contextos sociais, culturais e históricos.

González Rey propõe a Teoria da Subjetividade, a Epistemologia Qualitativa e a Metodologia Construtiva-Interpretativa para estudar e explicar a subjetividade sob uma nova perspectiva histórico-cultural e avançar na construção de modelos teóricos na síntese contínua da produção de conhecimento. Seus principais conceitos fundamentais são: sujeito, agente, sentidos subjetivos, configurações subjetivas, recursos subjetivos, desenvolvimento subjetivo, subjetividade individual e subjetividade social. O autor se baseia na Psicologia Cultural-Histórica e no materialismo histórico e dialético,

fundamentos principais para explicação das dimensões históricas, culturais e sociais que produzem a realidade dos fenômenos sociais, para construção dessa nova forma de pensar a prática profissional e os estudos da subjetividade.

Para este artigo focaremos apenas na dialética entre sujeito e subjetividade social. A categoria de sujeito concebida na Teoria da Subjetividade é uma das principais vias de estudo para compreensão da subjetividade e está vinculada à categoria de subjetividade social (MITJÁNS MARTÍNEZ, 2020). O sujeito é marcado pela organização histórica das subjetividades, individuais e sociais, implicado pelos diferentes espaços sociais que vivencia. Nesse sentido, é capaz de realizar uma processualidade reflexiva sobre suas experiências, configurando sua subjetividade e participando da construção dos espaços em que está inserido.

De acordo com González Rey e Mitjás Martínez (2017), o indivíduo torna-se sujeito ao se envolver no processo de vida como um agente reflexivo emocionalmente. Os processos de subjetivação que o indivíduo produz superam suas referências originais nas quais foram produzidos, para assim gerar novos caminhos de vida, novas vias de subjetivação (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017).

A categoria de sujeito aponta a relação dialética entre a singularidade e o social, permitindo o rompimento com a visão de modelos deterministas dos limites imediatos do social sobre a configuração subjetiva, pois compreende que o sujeito não é determinado diretamente pela dimensão social, uma vez que ele elabora reflexões cognitivas, emocionais e simbólicas sobre esse mesmo social vivenciado por ele, além de ser capaz de modificar as práticas sociais.

A bicha preta se torna sujeito no seu próprio processo de subjetivação quando desestabiliza os espaços sociais e confronta toda norma social e binária na sociedade. Segundo Albertina Mitjás Martínez (2020), quando indivíduos ou grupos emergem enquanto sujeito abrem caminhos próprios de subjetivação para assumirem criativamente os desafios nos espaços existentes da experiência. Ou seja, a bicha preta

enquanto um sujeito desse processo se coloca nos espaços normativos em que está inserida. Entretanto, não é somente ou necessariamente um processo criativo, mas também envolve processos histórico-culturais que constituem a subjetividade preta, onde há muita resistência e coragem nesse lugar.

Os diversos espaços onde se realizam as ações e vivências do sujeito – grupos e ambientes em que está inserido considerando seu contexto histórico, social e cultural – comportam a expressão na dimensão da subjetividade social (GONZÁLEZ REY, 2003), a qual se manifesta por meio das representações sociais, mitos, crenças, sexualidade, dentre outros, dando a esta, a ênfase em discursos e produções de sentidos configurados pela sua organização subjetiva.

Segundo Mitjás Martínez (2020, p. 51) são processos da subjetividade social:

[...] as representações sociais hegemônicas, os sistemas normativos formais e informais da sociedade, os sistemas discursivos dominantes, a religiosidade, os mitos, as formas habituais de pensamento, códigos morais e emocionais de relação, expectativas dominantes e todas as modalidades de institucionalização.

São gerados e instituídos socialmente, porém suas implicações são produzidas através dos indivíduos, grupos e instituições sociais (MITJÁS MARTÍNEZ, 2020). Conforme González Rey (2005, p. 25), “cada uma das formas de expressão da subjetividade social expressa a síntese, em nível simbólico e de sentido subjetivo, do conjunto de aspectos objetivos, macro e micro, que se articulam no funcionamento social.”. Nesse sentido, os mesmos elementos citados acima se articulam na formação da subjetividade do indivíduo – subjetividade individual - e a diferença estará nos processos de sentidos constituídos pelos aspectos singulares da história de cada indivíduo. González Rey (2005) afirma que os espaços sociais são fontes geradoras de subjetivação que acontecem através das diferentes relações compartilhadas pelos indivíduos.



Nos espaços sociais normativos estão presentes os fenômenos sociais, tais como racismo, cisheteronormatividade e a masculinidade hegemônica-ocidental, estruturados nas relações sociais de sexo-gênero. Para analisarmos tais fenômenos aqui citados, é imprescindível considerarmos as mediações que os constituem, sendo produtos objetivos e subjetivos (AGUIAR; OZELLA, 2006).

Para Wanda Maria Junqueira Aguiar e Sergio Ozella (2006, p. 225) a categoria metodológica mediação internaliza a importância do rompimento das dicotomias e de visões naturalizantes baseadas em concepções de ser humano pela existência de uma “essência metafísica”. Além disso, possibilita analisar as determinações inseridas no processo dialético e entendidas como princípios constituídos do sujeito, e rompe com a causalidade, linearidade e o imediato (AGUIAR; OZELLA, 2006). Dessa forma, entendem que “[...] o homem, ser social e singular, síntese de múltiplas determinações, nas relações com o social (universal), constitui sua singularidade através das mediações sociais (particularidades/circunstâncias específicas).” (AGUIAR; OZELLA, 2006, p. 225).

O método do materialismo histórico e dialético considera que a gênese das ideias e conhecimentos produzidos pelo ser humano em determinado contexto e momento histórico está na base material da sociedade (GONÇALVES, 2015). O ser humano só se constitui como indivíduo por estar inserido em uma cultura, sociedade e num dado momento histórico, um sujeito social e ativo – concepção que se opõe ao sujeito individual, racional e natural do liberalismo (GONÇALVES, 2015). Considerar um sujeito ativo, singular, histórico e social é necessário para que possamos chegar à categoria de subjetividade, pois o sujeito produz e é produzido na sociedade pelas relações sociais que se desenham no cotidiano em modo dialético. Mas aqui está uma especificidade da Teoria da Subjetividade. Não se trata apenas de uma internalização ou apropriação de produções sociais. Tampouco basta compreender mediação como interação e ação de pessoas, grupos, instituições. Vai além de discursos e signos

culturais. Trata-se de um sujeito e de uma psique geradores de produções subjetivas simbólico-emocionais que não são simplesmente internalizadas, apropriadas ou mediadas por outrem. São sentidos subjetivos e configurações subjetivas produzidas em experiências vivenciadas, de modo singular, reflexivo, posicionado, de forma consciente e inconsciente, social e historicamente situadas.

O primeiro pressuposto da Teoria da Subjetividade de González Rey é “o resgate do sujeito como centro da produção do conhecimento” (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017, p. 33), contrapondo-se a tentativas teóricas de excluir o sujeito como seres ativos e fazendo parte da trama social pela sua ação e sua constituição. Isso se deve à compreensão da capacidade geradora da psique, considerada um sistema complexo, dinâmico o qual contempla, para além das funções cognitivas, as emoções, imaginação, fantasia, posicionamentos, o ser e o existir, processos que permitem a tensão, ruptura e resistência frente a sistemas sociais normativos. Este referencial permite, de um modo inovador, que pensemos dialeticamente o sujeito em relação com a sociedade.

### **Os atravessamentos entre fenômenos sociais vigentes**

Nos espaços sociais os fenômenos da heteronormatividade, cisnormatividade e racismo se fortalecem pelo sistema capitalista e estão colados nas relações dominação-exploração na sociedade. Compreendemos que a masculinidade hegemônica-ocidental neste momento se caracteriza enquanto um fenômeno social determinante nas relações sociais de sexo-gênero em subjetividades das bichas pretas.

A heteronormatividade é um conceito importante para caracterizar a cisnormatividade, especificamente em seu caráter de diversidades corporais e de gênero na produção da heterossexualidade cisgênera (SIMAKAWA, 2015) na ótica dialética sobre esses fenômenos. É um dos mecanismos do sistema de dominação-exploração que

opera através da dominação masculina. Welzer-Lang (2001) explica que todo homem está submetido às hierarquias masculinas, no qual nem todos os homens têm o mesmo poder e os mesmo privilégios.

O conceito “Grandes-homens” de Welzer-Lang (2001, p. 466) define para aqueles homens que exercem seu poder à custa das mulheres e dos homens: “Todos os homens que aceitam os códigos de virilidade têm ou podem ter poder sobre as mulheres (o que ainda deve ser quantificado); alguns entre estes (chefes, Grandes-homens de todos os tipos) têm também poder sobre os homens.”.

As hierarquias masculinas se estruturam a partir desse duplo poder que gera a dominação masculina e articula-se também com as divisões de classes sociais. O poder nos espaços profissionais também se baseia nessas hierarquias. Com isso, Welzer-Lang (2001) coloca a heterossexualidade como um paradigma que explicita nossas representações e práticas junto com a dominação masculina.

Adotamos o termo de heteronormatividade por considerar a heterossexualidade um padrão avaliador de todas as outras sexualidades, constituída por uma forma específica de dominação definida como crença na existência de uma hierarquia das sexualidades, onde a heterossexualidade ocupa a posição superior, impondo-se como a única possibilidade legítima de vivenciar as sexualidades, tornando a heterossexualidade única e natural.

Para Viviane Vergueiro Simakawa (2015), o conceito de cisgeneridade é fundamental para pensar as formações corporais e identidades de gênero naturalizadas e essencializadas nas normativas de gênero, isto é, na cisnormatividade, que em seu exercício dos mais vários dispositivos de poder, dominam a existência de vivências, identidades, identificações de gênero que transgridem as normas de gênero/sexuais.

A cisnormatividade, amparada em Judith Butler, Simakawa (2015) define em decorrências das normativas em discursos entre o sexo e o gênero, macho+homem, fêmea+mulher, deslegitimando a existência de corpos e identidades de gênero que

afronta as normativas. Ela se inscreve em vias pré-discursivas que definem o sexo/gênero através da marca em corpos relacionados ao sexo biológico como critérios naturais e essencialistas (PONTES; SILVA, 2018). É o que associa o sexo como biológico e o gênero como cultural. A dicotomia sexo e gênero separa essas duas instâncias e é produzida pela cisnormatividade.

Portanto, nessa perspectiva, a cisgeneridade produz a cisnormatividade de acordo com as relações de poder que produzem as regulações de corpo sobre uma perspectiva natural e biológica. É construindo uma rede de discursos heteronormativos e cisnormativos sobre uma única forma de vivenciar a sexualidade no público e assim se apropriar do que lhe for de direito em todos os âmbitos sociais.

Compreendemos que ao colocar, nesses atravessamentos, o racismo em categoria de análise e historicamente, se desloca enquanto um sistema em conjunto com o patriarcado e o capitalismo, se tornando a tríade Patriarcado-Racismo-Capitalismo (SAFFIOTI, 1987). Todavia focaremos apenas no racismo enquanto fenômeno social em seu regime na sociedade. Para nós é o fenômeno social mais perverso e historicamente localizado na sociedade brasileira.

Para o cientista social Carlos Moore (2007) o racismo também é histórico e não somente ideológico. Se qualifica enquanto um fenômeno nas relações sociais e se expressa a partir das atitudes, valores, temores e ódios. Sua capacidade pode liberar um tipo de ódio que ultrapassa outros sentimentos como de respeito e consideração. Isso faz com que, para Moore (2007, p. 147), seja a única forma de ódio “[...] capaz de apagar todas as fronteiras ético-morais para permitir uma forma de insensibilidade total ao sofrimento do Outro.”.

O racismo é transversal na medida em que um sistema adquire um poder total e suas formas de dominação-exploração-opressão abrangem todas as esferas estruturantes da vida social. Concretamente, Moore (2007, p. 255) exemplifica:

A supremacia total de um segmento humano que se autodefine como raça sobre outro segmento humano percebido com outra raça. Essa supremacia se expressa por meio de uma hegemonia irrestrita tanto no plano material (poder econômico e político) quanto no plano psicocultural (sentimento de superioridade).

Esse fenômeno mantém o sentimento de superioridade com exclusividades de privilégios na hierarquia de uma ordem racializada. Essa sem dúvidas é uma das maiores perversidades do racismo, gerando noções de superioridade e inferioridade. Para Moore (2007) são os priores e mais violentes preconceitos que o racismo produz entre os seres humanos.

Compreendemos que o plano psicocultural que o autor chama é a subjetividade em sua dialética com a objetividade localizados em contextos histórico-culturais. O sentimento de superioridade e de inferioridade não são opostos, mas se constituem na medida em que o racismo ou outros fenômenos sociais se estruturam nas relações sociais. A subjetividade de pessoas pretas é atravessada por raça, classe, sexo-gênero e sexualidade.

A emocionalidade, diferente de sentimentos, constitui aspectos simbólicos-emocionais que se configuram em processos singulares de subjetivação em experiências vivenciadas. As emoções são históricas, seu conteúdo e qualidade estão sempre em constituição no sujeito e na sociedade, priorizando em cada momento histórico uma ou mais emoções como estratégia de controle e coerção social (SAWAIA, 2012).

Para Moore (2007) é em espaços ideológicos, que para nós seriam espaços histórico-culturais, que se estruturam as mais variadas ramificações que operam o racismo no dia a dia nas áreas econômicas, políticas e culturais. O racismo subalterniza a raça que por muito tempo esteve explorada por mecanismos de dominação e opressão como nas áreas da educação, trabalho, saúde, além de espaços privados, na monogamia e na família.



A ideia de raça, em contradições com outros fenômenos, emerge como mecanismo regulador de opressões nas relações raciais na crença de que exista um grupo social superior a outro. Tais mecanismos são construídos e estruturados pelo racismo, um fenômeno social perverso que controla as relações sociais e as subjetividades através da coerção, dominação e exploração psicológica, produzindo adoecimento e sofrimento para esse grupo inferiorizado racialmente. Nesse sentido, entendemos que masculinidades dissidentes racializadas em tensionamento com dimensões normativas culturais, sociais e históricas das relações sociais de sexo-gênero-raça das subjetividades sociais configuram a subjetividade da bicha preta.

A subjetividade social revela através das configurações subjetivas sociais e individuais dos sujeitos o sistema estrutural dos fenômenos sociais em um espaço social específico e expressa síntese do conjunto de aspectos objetivos, tanto a nível macro quanto micro (GONZÁLEZ REY, 2005). Ou seja, a bicha preta é atravessada pelo racismo e pela cisheteronormatividade, não por serem fenômenos vistos como entidades pré-estabelecidas pelas relações que expressam comportamentos, atitudes e posicionamentos, mas os próprios indivíduos inseridos nesses mesmos espaços implicam-se com suas subjetividades como parte do funcionamento social e das subjetividades sociais.

Portanto, a subjetividade social se constitui e é constituída através dos tensionamentos provocados pelos sentidos subjetivos e configurações subjetivas produzidos pelas subjetividades de cada indivíduo presente no espaço social normativo. A bicha preta é aquela que abre uma via nova de subjetivação para que possíveis novos sentidos sejam produzidos na síntese simbólico-emocional. Todavia, indivíduos que produzem e reproduzem tais fenômenos, muitas vezes, limitarão essa nova produção de sentidos subjetivos e de configurações subjetivas individuais e sociais.

### Considerações finais

As dimensões objetivas e subjetivas das pessoas que se apropriam e reivindicam um lugar das masculinidades dissidentes racializadas, expressam a exclusão social e conseqüente detrimento de suas identidades, pois o racismo e a cisheteronormatividade estão explicitados nas configurações subjetivas sociais e individuais.

Nos espaços sociais onde há posicionamentos divergentes e criativos tendem a mostrarem-se ameaçados conforme tais ações confrontem as normatividades (MITJÁNS MARTÍNEZ, 2020). As masculinidades dissidentes racializadas demonstram ser um conceito bastante promissor ao revelar tais confrontos e destabilizações sociais, conforme expressam seus modos de ser e existir, visto que “toda criação que ponha em risco o *status quo* dominante de um grupo e/ou funcionamento institucional tende a ser rejeitada por esse grupo social, o que coloca desafios diversos aqueles que ali emergem como sujeitos.” (MITJÁNS MARTÍNEZ, 2020, p. 53).

Segundo Mitjás Martínez (2020) a emergência de sujeitos pelas suas ações nos espaços sociais pode contribuir para produção de novos sentidos subjetivos nesses espaços, podendo alterar de diferentes formas a configuração subjetiva social, “[...] modificações frequentemente necessárias, por sua vez, para mudanças significativas nos sistemas de relações e ações dos indivíduos que deles participam. Transformações na subjetividade social estão atreladas a emergência de sujeitos nesses espaços.” (MITJÁNS MARTÍNEZ, 2020, p. 53). Ou seja, a emergência do sujeito proporciona novas possibilidades de transgressão nos espaços normativos em que outros sujeitos também possam emergir.

Entendemos que essa ideia é bastante próspera, visto que historicamente, o movimento LGBT tem medido esforços para construir políticas e direitos sociais de

pertencimento, apropriação e existência na sociedade. Todavia, na perspectiva que adotamos sobre a dialética entre sujeito e subjetividade social, nas relações sociais de sexo-gênero-raça, as possibilidades do surgimento das masculinidades dissidentes racializadas demonstram uma grande importância para legitimar modos de ser e existir sob olhar do indivíduo e da sociedade, não produzindo assim, uma dicotomia entre o singular e o social.

Bichas pretas são sujeitos constantes de suas ações que colocam a todo momento a desestabilização dos espaços sociais determinados e determinantes pelos fenômenos sociais. Mas, isso pode acarretar diversos enfrentamentos e renegociações, como vimos em Veiga (2018), sobre os aspectos simbólicos-emocionais.

Com um olhar epistemológico, a afetividade coloca no centro das reflexões sobre exclusão, a ideia de humanidade e de como o indivíduo se relaciona com o social. Fala-se de desejo, de temporalidade e de afetividade, ao mesmo tempo de poder, de economia e de direitos sociais. O sofrimento que a bicha preta vivencia é ético-político e a realidade concreta desses sujeitos se produz nas interseções das diferenças e desigualdades diversas. O sofrimento ético-político é justamente as relações sociais que são intermediadas pelo sistema que torna a vida da pessoa marginalizada como uma forma excludente de existir, gerando sentimentos de exclusão e não pertencimento à sociedade (SAWAIA, 2012). Lembramos Veiga (2018, p. 80): “A subjetividade negra é diaspórica, por trazer em sua memória corporal e genealógica a saída de seu lar, de seu espaço de segurança, de afirmação de si e da cosmogonia de seu povo.”

As bichas são identidades, sujeitos e modos de ser que estão em constante tensionamento, subjetivos e objetivos, para sobreviver, resistir e amar. A realidade posta tensionada dialeticamente produz a todo instante terremotos de emoções e sentimentos que reivindicam as masculinidades dissidentes racializadas nos seus espaços afetivos em que a materialidade das emoções aparece.

Nesse sentido, nos aproximamos de uma perspectiva que nos possibilita o posicionamento crítico para a superação de dicotomias produzidas na sociedade capitalista. Todavia, compreendemos que atualmente ainda há resquícios de uma Psicologia fortemente voltada para as classes dominantes e ligada a uma ideologia liberalista. Desta forma, buscamos produzir conhecimento para que superemos práticas idealistas, positivistas e mecanicistas que sempre colocaram o sujeito em uma posição subalterna aos modos de produção capazes de produzir infinitas formas de sofrimento,

Por isso, ainda encontramos dificuldades no campo da Psicologia sobre discorrer, problematizar e construir caminhos possíveis de legitimação das masculinidades dissidentes de pessoas pretas(os/es) nos mais variados campos de atuação. Quando será possível tornar real uma Psicologia compromissada com a realidade brasileira de bichas pretas que constantemente tensionam os espaços normativos que neles a Psicologia também atua?

## Referências

- AGUIAR, W. M. J.; OZELLA, S. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [S.L.], v. 26, n. 2, p. 222-245, jun. 2006. <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-98932006000200006>.
- ADRIÃO, K. G. Sobre os estudos em masculinidades no Brasil: revisitando o campo. **Cadernos de Gênero e Tecnologia, Curitiba**, v. 1, n. 3, p. 9-20, 1 set. 2005. <http://dx.doi.org/10.3895/cgt.v1n3.6135>.
- AMARAL, M. M. do. **Dimensão subjetiva da masculinidade**: significações de homens gays sobre o papel da escola no processo de constituição da masculinidade. 2019. 243 f. Dissertação (Mestrado em Educação: Psicologia da Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.
- BARRAL, D. de C. **Os estudos das masculinidades na Psicologia brasileira**: Da invisibilidade da crítica a crítica da invisibilidade. 2019. 130 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura), Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, Brasília, 2019.
- BOCK, A. M. B. A Psicologia Sócio-histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. da G. M.; FURTADO, O. (Orgs.). **Psicologia Sócio-histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015. p. 21-46.
- BONATO, F. R. C. **A formação científica sobre sexualidade nos cursos de graduação em psicologia da região de Curitiba**. 2019. 175 f. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.
- BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. 11º Ed, Rio de Janeiro: Bertrand. Brasil, 2012.
- CISNE, M. Gênero: uma análise histórico-crítica em torno de suas abordagens teóricas. In: CISNE, M. **Gênero: divisão sexual do trabalho e Serviço Social**. 1.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 77-108.

- D'EMILIO, J. Capitalism and Gay Identity. In: ABELOVE, Henry; BARALE, M.; HALPERIN, D.; **The lesbian and gay studies reader**. New York: Routledge, 1993, p. 467-476
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 4.ed, Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- GOMES, I. D. et al. O social e o cultural na perspectiva Histórico-cultural: Tendências conceituais contemporâneas. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 814-831, dez. 2016. <http://dx.doi.org/DOI-10.5752/P.1678-9523.2016V22N3P814>
- GONÇALVES, M. da G. M. A psicologia como ciência do sujeito e da subjetividade: a historicidade como noção básica. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. da G. M.; FURTADO, O. (Orgs.). **Psicologia Sócio-histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015. p. 47-66
- GONZÁLEZ REY, F. **Sujeito e Subjetividade: uma aproximação histórico-cultural**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2003.
- GONZÁLEZ REY, F. **Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: os processos de construção da informação**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2005.
- GONZÁLEZ REY, F.; MARTÍNEZ, M. A. **Subjetividade, teoria, epistemologia e método**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2017.
- KERGOAT, D. A relação social de sexo da reprodução das relações sociais à sua subversão. **Pro-posições**, v. 13, n. 1, p.47-59. 2002.
- KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena e col. (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2009. p. 67-76.
- KIMMEL, M. S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horizontes Antropológicos**, [S.L.], v. 4, n. 9, p. 103-117, out. 1998. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71831998000200007>.
- MATHIEU, N-C. ¿Identidad sexual/sexuada/de sexo? Tres modos de conceptualización de la relación entre sexo y género. In: CURIEL, Ochy; FALQUET, Jules (Org.). **El patriarcado al desnudo: Tres feministas materialistas**. Buenos Aires: Brecha Lésbica, 2005. p. 130-175.
- MITJÁNS MARTÍNEZ, A. Subjetividade social: desafios de um conceito. In: MITJÁNS MARTÍNEZ, A.; TACCA, M. C. V. R.; PUENTES, R. V. (Orgs). **Teoria da Subjetividade: Discussões teóricas, metodológicas e implicações na prática profissional**. 1. ed. Campinas: Alínea, 2020. p. 47-66.
- MOORE, C. **Racismo & Sociedade: Novas bases epistemológicas para entender o racismo**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.
- PINHO, O. A Guerra dos Mundos Homossexuais – resistência e contra-hegemonias de raça e gênero. In: RIOS, L. F.; Et al. (Orgs). **Homossexualidade: Produção Cultural, Cidadania e Saúde**. Rio de Janeiro: ABIA, 2004. p. 127-133.
- PONTES, J. C. de; SILVA, C. G. da. Cisnormatividade e passabilidade: deslocamentos e diferenças nas narrativas de pessoas trans. **Revista Periódicus**, [S.L.], v. 1, n. 8, p. 396-417, 6 jan. 2018. <http://dx.doi.org/10.9771/peri.v1i8.23211>.
- SAFFIOTI, H. A supremacia masculina na sociedade capitalista. In: SAFFIOTI, H. (Org.) **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987. p. 41-67.
- SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.
- SAWAIA, B. (org). **As Artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 14 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- SIMAKAWA, V. V. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. 2015. 224fs. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.
- SOUZA, N. S. **Torna-se Negro: Ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.



RIAL, C.; LAGO, M. C. de S.; GROSSI, M. P. Relações sociais de sexo e relações de gênero: entrevista com Michèle Ferrand. **Revista de Estudos Feministas**, v. 13, n. 3, p. 677-690, Dec. 2005.

<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000300013>

VEIGA, L. As diásporas da bixa preta: sobre ser negro e gay no brasil. **Revista Tabuleiro de Letras**, [S.L.], v. 12, n. 1, p. 77-88, 19 jul. 2018. <http://dx.doi.org/10.35499/tl.v12i1.5176>.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 9, n. 2, p. 460-482, 2001.

<http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2001000200008>.

WELZER-LANG, D. La crisis de las masculinidades: entre cuestionamientos feministas y críticas contra el heterosexismo. In: CONGRESO INTERNACIONAL: LOS HOMBRES ANTE EL NUEVO ORDEN SOCIAL, 2002, Cidade: Emakunde/Instituto Vasco de La Mujer, 2002. p. 51-76. Disponível em: <[https://www.generoydrogodependencias.org/wp-content/uploads/2012/09/daniel\\_welzer-lang.pdf](https://www.generoydrogodependencias.org/wp-content/uploads/2012/09/daniel_welzer-lang.pdf)> Acesso em: 30 jan. 2022.

### **Why do “queer” black people bother society?**

A theoretical-critical study on Masculinities and Social Subjectivity in the Cultural-Historical perspective

**Abstract:** This theoretical-critical study is based on Cultural-Historical Psychology and historical and dialectical materialism with the goal of promoting reflections on the concepts of racialized dissident masculinities and the subject in the dialectical perspective of individual subjectivity and social subjectivity crossed by the social phenomena of cisheteronormativity and racism. Through the social relations of sex-gender-race, we were able to think about the racialized dissident masculinities of black “queers” under a dialectical view of the categories of subject and social subjectivity of González Rey. Both categories are shown to be quite suitable for studies on masculinities. The subject is the one that opens their own ways of subjectivation in normative spaces with subjective productions from their experiences; the social subjectivity integrates the qualitative dimension of the social and individual subjective configurations from the social spaces they transit. The black “queer” destabilizes social spaces and confronts the binary logic of cisheteronormativity and racism in the process of becoming a subject and in the way they are and they exist. “Queer” denote identities, subjective configurations and a way of existing in constant subjective and objective tension to survive, resist and love. The dialectically tensioned reality produces earthquakes of emotions and feelings that claim racialized dissident masculinities in their affective and social spaces.

**Keywords:** Masculinities. Cisheteronormativity and racism. Subject. Social Subjectivity. Cultural-Historical Psychology.

Recebido: 02/03/2022

Aceito: 29/06/2022